

Demonstração do Valor Adicionado como Instrumento Estratégico de Avaliação: Um Estudo Exploratório nos Sindicatos Brasileiros

RESUMO

Esta pesquisa buscou investigar até que ponto os sindicatos utilizam como parâmetro as informações contábeis, notadamente a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), para avaliarem a distribuição da riqueza das empresas, as quais seus filiados são empregados, e assim ter um instrumento estratégico nas negociações salariais. Para tanto, foram enviados questionários para 167 sindicatos e entidades de sindicais localizados nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Amazonas, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro. Os dados foram coletados por meio entrevistas, no Estado de Pernambuco, e pela aplicação de questionários semi-estruturados, enviados via correspondência, para os demais Estados. A análise foi realizada com base na análise de conteúdo das entrevistas e na análise estatística. O tratamento estatístico refere-se à análise descritiva, inferencial e multivariada dos dados. Os achados revelam que a maioria dos respondentes possui conhecimento, ainda que parcial, sobre as demonstrações contábeis e que a maioria dos sindicatos e entidades sindicais pesquisados não utiliza os demonstrativos contábeis durante as negociações e que quase 90% dos respondentes acreditam na utilidade da Demonstração do Valor Adicionado como instrumento estratégico nas negociações trabalhistas.

Palavras-chave: Informação Contábil; Demonstração do Valor Adicionado; Sindicatos

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade, por ser uma ciência social, desenvolve-se em uma realidade socialmente construída, tendo em vista que o seu objeto de estudo, o patrimônio, pode ser modificado pelo homem. Nota-se assim que, diferentemente das ciências exatas, o homem está inserido no próprio objeto de estudo. Nesta complexidade de ciência social, a contabilidade necessita satisfazer os diversos graus de utilidade de uma gama de usuários. Neste contexto, utilidade significa demanda peculiares por informações.

No entanto, não se pode limitar as necessidades informacionais desses usuários à contabilidade mercantil pura e restrita, tendo em vista que começaram a surgir novos usuários das informações contábeis. É necessário verificar a ligação existente entre a contabilidade e as demais áreas do conhecimento científico, ou seja, os usuários de hoje possuem uma visão holística. A respeito disto, Kroetz (2000) afirma que a Contabilidade não pode ficar presa à divulgação de demonstrações eminentemente financeiras e que a visão da transdisciplinariedade é fundamental.

Desta forma, algumas organizações preferem assumir a responsabilidade de atender aos interesses não apenas dos acionistas, bem como de todos os grupos de interesse envolvidos na organização, por exemplo, investidores, empregados, os colaboradores, fornecedores e clientes, com o objetivo de aproveitar este recurso como uma forma de se diferenciar para ganhar vantagem competitiva (WELTER *et al.*, 2005). Assim, o Valor Adicionado mensurado pela contabilidade demonstra qual a participação de cada grupo de interesse na riqueza da empresa.

Com o passar dos anos a Demonstração do Valor Adicionado vem ganhando mais importância e notoriedade de uma forma global. Diversos pesquisadores na literatura internacional, a partir de estudos empíricos, investigaram a utilidade da DVA como uma ferramenta de análise (VAN STADEN, 1998; PONG e MITCHELL, 2005; EVAERT e RIAHI-BELKAOU, 1998).

Um dos *stakeholders* que necessita de informações da contabilidade, e que é afetado pelas atividades empresariais, é o Terceiro Setor. Especificamente para este estudo, olhar-se-á dentro deste grande grupo o subgrupo dos sindicatos. Isto porque, as rápidas e profundas mudanças pela qual passa o universo do trabalho tiveram grandes impactos sobre a forma como os sindicatos atuam. Sabe-se que estes surgiram no intuito de representar os interesses dos seus filiados (trabalhadores), ou seja, defender não só os interesses econômicos e profissionais, mas também os de natureza sociais e políticos.

1.1 Caracterização do Problema

Tinoco e Moraes (2008) entendem que a informação gerada pela DVA é de grande importância, já que permite a todos os analistas, trabalhadores, sindicalistas (grifo nosso), pesquisadores e outros *stakeholders* efetuarem comparações e extraírem conclusões sobre o desempenho da empresa no âmbito social.

Sendo assim, os vários grupos de interesse não se satisfazem apenas quando as empresas assumem compromissos, eles anseiam obter conhecimento de informações que sejam tangíveis, quantificáveis e verificáveis sobre a desenvoltura da organização em todas as áreas (KREITLON e QUINTELLA, 2001). Deste modo, a DVA pode ser uma peça de grande valia para os sindicatos como forma de analisar o desempenho econômico-financeiro e social das empresas as quais os seus filiados trabalham.

Além disso, uma gama de estudos buscou evidenciar a motivação das empresas para publicar a DVA (PURDY, 1981; JOUBERT, 1991; MEEK e GRAY, 1988; STAINBANK, 1992; VAN STADEN, 2000) e revelaram que as empresas utilizam este demonstrativo, principalmente, para se comunicar com seus empregados e para facilitar as negociações trabalhistas.

Neste contexto, a Demonstração do Valor Adicionado pode ser útil nas negociações salariais porque, segundo Maunders (1985), as informações contidas neste demonstrativo talvez sejam mais eficazes do que declarações convencionais de grupos de funcionários, uma vez que podem afetar as aspirações, particularmente os de seus representantes de negociação.

Diante deste constructo deseja-se problematizar o seguinte questionamento: **Até que ponto os sindicatos, nas negociações salariais, utilizam as informações contábeis, notadamente a Demonstração do Valor Adicionado, para avaliarem a distribuição da riqueza aos empregados como instrumento estratégico de negociação?**

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Informação Contábil

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica (CPC, 2008).

De acordo com Moonitz (1961), o *Accounting Research Study* nº 1 do AICPA afirma que o objetivo da contabilidade é: a) Medir os recursos possuídos por entidades específicas; b) Refletir os direitos contra essas entidades e os interesses nelas existentes; c) Medir as variações desses recursos, direitos e interesses; d) Atribuir as variações a períodos determináveis; e e) Expressar os dados anteriores em termos monetários como denominador comum.

No entanto, numa perspectiva crítica, o objetivo da contabilidade se amplia. Assim, a contabilidade, enquanto uma ciência social, tem um importante papel de identificar, mensurar e comunicar informações econômicas de forma a auxiliar no arbitramento do conflito distributivo. (RIBEIRO FILHO, LOPES e PEDERNEIRAS, 2009).

No que concerne ao objetivo da informação contábil, esta deve ser requerida pelos usuários quando proporcionar utilidade na tomada de decisão. Desta forma, no intuito de averiguar a característica da utilidade, a observância da relevância e a confiabilidade, deve-se observar que tais informações estão sujeitas à relação custo x benefício, ou seja, sob às restrições de gerar benefícios futuros superiores aos custos despendidos para produzi-las (FASB/SFAC nº 2, 1980).

Sendo assim, Lopes e Martins (2007) afirmam que o conteúdo informativo da contabilidade tem a capacidade de fornecer informações que possuam relevância econômica ao usuário e esta se refere à capacidade da informação alterar as crenças e percepções dos observadores.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2008), na Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, afirma que os usuários utilizam as demonstrações contábeis para satisfazer algumas das suas diversas necessidades de informação. Essas necessidades incluem: a) Investidores; b) Empregados e sindicatos (grifo nosso); c) Credores por empréstimos; d) Fornecedores e outros credores comerciais; e) Cliente; f) Governo e suas agências; e g) Público.

Kam (1990, p. 50) assegura que a sociedade é o maior grupo de usuários tanto presente como em potencial. No entanto, nos dias atuais, como a sociedade vem cobrando mais informações das empresas, a contabilidade atua como mediadora de tal exigência. Isto pode ser bem entendido com a Teoria dos *Stakeholders*, a qual de acordo com Freeman (1984) certifica que o resultado final da atividade de uma organização empresarial deve levar em consideração os retornos que otimizam os resultados de todos os grupos de interesse envolvidos, e não apenas os resultados dos acionistas ou proprietários.

2.2 Valor Adicionado e Demonstração do Valor Adicionado

De acordo com Knell (1986) o conceito do valor adicionado já era experimentado há, pelo menos, dois séculos atrás. Para este autor, algumas companhias europeias estavam procurando constituir uma melhor relação de diálogo com seus grupos de interesse. Dentre os participantes destes grupos, estavam os empregados, onde essas organizações tinham o objetivo de conseguir uma maior motivação e consequente produtividade.

Em meados da década de 70, o Comitê de Normas de Contabilidade do Reino Unido (*Accounting Standards Steering Committee – ASSC*) começou a trabalhar em prol da sistematização e regulamentação do valor adicionado. Segundo Gallizo e Mcleay (1989) a iniciativa deste órgão britânico foi fundamental, em termos conceituais, para a abertura das discussões sobre a normatização do valor adicionado.

Valor adicionado é uma medida do desempenho econômico de uma organização e possui uma longa história de aplicação em economia. Este conceito tem sido considerado como o aumento da riqueza de uma entidade econômica. Assim, é um conceito particular de medição de renda (HALLER e STOLOWY, 1998).

A contabilidade operacionaliza o cálculo do valor adicionado pela diferença entre o valor da receita bruta e o valor que foi utilizado para comprar os bens, mercadorias e serviços de terceiros, ou seja, valor adicionado refere-se ao aumento na riqueza gerada pela utilização produtiva dos recursos das empresas antes da sua distribuição entre os sócios, credores,

empregados e o governo. Portanto, enquanto o lucro é o resultado final recebido pelos sócios, o valor adicionado diz respeito ao retorno total recebido pelos empregados, provedores de capital e o governo (RIAHI-BELKAOUI, 1998).

Trabalhos empíricos também mostram a importância do valor adicionado. Este elemento foi utilizado por Riahi-Belkaoui (1999), em um estudo com empresas norte-americanas, onde o valor adicionado foi tido como referência de produtividade. Neste estudo o autor verificou que a produtividade diminuía nas entidades integradas verticalmente e cresce para as organizações com estruturas organizacionais diversificadas. Askren *et al.* (1994) também fizeram testes empíricos. Estes autores revelaram que os gestores conseguem obter melhoras na rentabilidade das companhias quando se utilizam de um plano de estratégia abalizado no valor adicionado.

Na década de setenta, devido aos esforços do Comitê de Normas de Contabilidade do Reino Unido (*Accounting Standards Steering Committee – ASSC*) para normatizar o Valor Adicionado, a DVA surgiu como um mecanismo imediato de apresentar o lucro em uma perspectiva mais abrangente frente às organizações e o meio ao qual estão inseridas, como um esforço coletivo do capital, da gestão e do trabalho (CORPORATE REPORT, 1975).

O mencionado Comitê, ao propor mais este demonstrativo contábil, acabou por proporcionar uma informação complementar, permitindo que outros usuários, além dos acionistas, conhecessem a riqueza criada pela empresa, mediante seu próprio esforço e de seus empregados. Assim, foi facultado a esses novos usuários avaliar como as empresas aplicaram esse valor adicionado para remunerar aqueles que contribuíram para a sua criação. (MEEK e GRAY, 1988).

A Demonstração Valor Adicionado tem sido um tema constante de debate na literatura contábil internacional (BENTLEY, 1981; BURCHELL *et al.*, 1985; CHUA, 1977; PENDRILL, 1977). Sua popularidade aumentou na maioria dos países europeus no final de 1970. O que se seguiu no Reino Unido foi um aumento uso de Demonstrações de Valor Adicionado, bem como um aumento no interesse pelo profissional de contabilidade (GRAY E MAUNDERS, 1979; MORLY, 1978; RENSALL *et al.*, 1979; DEWHURST, 1983).

Evraert e Riahi-Belkaoui (1998) elencam algumas das vantagens, a saber: a) Trabalho Organizado; b) Medição de produtividade; c) Explicativo / Poder Preditivo; d) Mensuração da renda nacional; e) Tamanho; f) **Negociações de trabalho** (grifo nosso); g) As previsões dos investidores; h) Medidas de Desenvolvimento Econômico; i) Medição de desempenho; e J) Melhor Proxy.

Desta forma, com base na DVA, qualquer grupo de interesse poderá conhecer a riqueza gerada por uma organização, bem como sua posterior distribuição entre todos os agentes econômicos que tiveram participação em sua criação, contrariamente ao que faz a Demonstração do Resultado, que somente informa a riqueza criada sob a ótica do proprietário (EVRAERT e RIAHI-BELKAOUI, 1998).

2.4 Sindicatos

Na Europa, as entidades sindicais começaram a aparecer e se sistematizar a partir da Revolução Industrial em 1750. Segundo Romita (1976), a palavra sindicato tem origem na palavra francesa *syndicat*. *Syndic* era o presidente da associação de classe e *syndicats* eram os filiados. O termo *syndicat* designava também as organizações operárias. Por conseguinte, de forma análoga, aplicou-se igualmente às entidades patronais.

Conforme a Consolidação das Leis de Trabalho, em seu artigo 511, sindicato pode ser definido como uma associação permanente dos que exercem a mesma atividade econômica e/ou profissional, devendo ter liberdade em relação ao Estado, com poder de auto organizar-se e fixar regras, defesa dos interesses de classe. Nascimento (1989) afirma que existem sindicatos que agrupam pessoas físicas, os sindicatos de trabalhadores, mas há outros que reúnem pessoas jurídicas, os sindicatos de empregadores.

No sistema jurídico brasileiro o sindicato está no alicerce do sistema confederativo, o qual é composto por três níveis. Segundo Farias (2005) tal sistema pode ser exemplificado como uma pirâmide, onde na base temos os sindicatos, em grau intermediário as federações, e acima destas, as confederações. As centrais sindicais não possuem natureza jurídica de entidades sindicais, são apenas associações de natureza civil.

A CLT apresenta em seu artigo 533 que as federações e as confederações são chamadas de associações sindicais de grau superior. Já em seu artigo 534 trata das federações, afirmando que são constituídas pela reunião de no mínimo cinco sindicatos, e têm base territorial de atuação estadual. As confederações, tratadas no artigo 535, constituem-se a partir da junção de três federações e possuem abrangência nacional. Para Magano (1982) é incompatível a legislação exigir um número mínimo de sindicatos e federações para a constituição de federações e confederações compostas de pessoas com diferentes atividades numa mesma localidade ou região.

Na medida em que as forças sociais avançam e tomam posição, especialmente nos países de Terceiro Mundo, entre eles o Brasil, se observa a ocorrência de um capitalismo selvagem. É neste sistema econômico que a luta de classes se expande, inclusive entre o patronato e os trabalhadores. Então, estas relações entre o fator capital e o fator trabalho podem ser melhores regulados e harmonizados a partir do Balanço Social (TINOCO, 2001).

Kroetz e Cosenza (2003) afirmam que para os empregados e sindicatos, como contribuintes na constituição do valor adicionados, a DVA serve de base para negociações salariais, para comparações entre entidades do mesmo segmento e para estudos do comportamento evolutivo da remuneração ao longo do tempo.

3. METODOLOGIA

3.1 População e Amostra

Para a presente pesquisa empreendeu-se o plano de amostragem não probabilística do tipo intencional e selecionou-se 150 sindicatos e 17 entidades sindicais. As entidades sindicais são órgãos que trabalham com o movimento sindical, mas não são sindicatos, a exemplo das federações, confederações e os escritórios do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Esta seleção é composta da seguinte forma:

Quadro 1 – Seleção da Amostra por Região

Localidade do entrevistado	Quantidade de Questionários Enviados	Quantidade de Questionários Respostados
São Paulo	40	17
Bahia	40	7
Minas Gerais	40	9
Pernambuco	30	13
Escritórios do DIEESE (todo Brasil)	17	7
Total	167	53

Fonte: Dados da Pesquisa

Cabe destacar que no Brasil não há escritórios do DIEESE em todos os Estados da Federação, ele localiza-se em 17 Estados, a saber: Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santos, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo. No entanto, a amostra desta pesquisa foi formada pelos sindicatos e entidades sindicais que aceitaram responder ao questionário, totalizando 53 respondentes.

Pode-se observar que houve uma maior parcela de respondentes localizados no Estado de São Paulo. Os escritórios do DIEESE participantes da pesquisa foram: Amazonas, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e São Paulo.

3.2 Coleta de Dados

Os dados foram coletados por meio da aplicação de questionários semi-estruturados. Para envio dos questionários via correspondência postal, buscou-se os endereços por meio da internet, nos respectivos sites dos sindicatos. Assim, enviou-se pelos correios um envelope contendo o questionário, a carta de apresentação, uma breve explicação sobre a DVA e outro envelope pré-selado, para que os respondentes não tivessem custo para envio da resposta.

No Estado de Pernambuco realizou-se a pesquisa *in loco*. Então, primeiramente, ligou-se para o sindicato para marcar uma entrevista com o presidente ou com o diretor jurídico, e retornou-se a ligação para a confirmação da entrevista. Em seguida, foi realizada a visita no sindicato para a realização da mesma.

3.3 Tratamento e Análise dos Dados Coletados

A abordagem metodológica utilizada na pesquisa tem caráter qualitativo e quantitativo. Conforme Pope e Mays (1995) estas duas abordagens não se excluem, embora se diferenciem quanto à forma e à ênfase. Ambas trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo, capazes de contribuir para a melhor compreensão do fenômeno.

Os dados coletados foram analisados por meio da estatística descritiva e de forma complementar através da estatística não paramétrica, haja vista que os dados coletados são métricos. Os testes não paramétricos são usados para testar hipótese com dados nominais e ordinais (COOPER E SCHINDLER, 2003).

Durante a análise dos dados, na verificação das associações estatisticamente significantes e no Teste de Hipóteses, utilizou-se o Teste Qui-Quadrado. Quando a frequência esperada mínima for menor que um e quando não mais de vinte por cento das frequências esperadas forem menores que cinco, Gomes (1990) assegura que o Teste Exato de Fisher deve ser utilizado, quando tais regras não se aplicam.

No intuito de fazer uma inferência estatística sobre uma população a partir da amostra deste estudo, fez-se uso de teste de hipóteses. As hipóteses testadas foram fundamentadas na suposição de que se os sindicatos utilizam as informações contábeis, notadamente Demonstração do Valor Adicionado, como instrumento estratégico, então os mesmos possuem uma ferramenta de barganha nas negociações trabalhistas.

Hipótese 1:

H0: O nível de acesso às Demonstrações Contábeis dos respondentes não influencia a decisão dos mesmos de utilizarem-nas como instrumento estratégico nas negociações salariais

H1: O nível de acesso às Demonstrações Contábeis dos respondentes influencia a decisão dos mesmos de utilizarem-nas como instrumento estratégico nas negociações salariais

Hipótese 2:

H0: O conhecimento que os respondentes possuem acerca da Demonstração do Valor Adicionado não altera a percepção destes em relação à utilização desta demonstração como instrumento estratégico para pedido de reajuste salarial.

H1: O conhecimento que os respondentes possuem acerca da Demonstração do Valor Adicionado altera a percepção destes em relação à utilização desta demonstração como instrumento estratégico para pedido de reajuste salarial.

Assim sendo, complementando a análise feita pelo Teste de Hipóteses, procedeu-se a uma análise estatística que descreveu a correspondência entre as respostas dos entrevistados, a qual avalia a correlação das mesmas. Este teste é a Análise de Correspondência Múltipla (ACM). O referido teste é uma técnica de análise exploratória, na qual sintetiza grande parte das informações que adaptam as variáveis qualitativas em uma série de fatores quantitativos e elucida graficamente como tais variáveis se correlacionam entre si (CLAUSEN, 1998).

Foram consideradas relevantes as associações cujo D SYP foram menores que 5%. Utilizou-se o software SPSS 16.0, para testes não-paramétricos, e o software R, tendo como pacote “CA”, para a análise multivariada dos dados.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados obtidos com os questionários foram tabulados e analisados em dois blocos. O primeiro diz respeito à análise descritiva dos dados demográficos e dos dados do objeto da pesquisa, analisados do Grupo 1 ao Grupo 6. No segundo bloco de análise utilizou-se da estatística não paramétrica, no intuito de se verificar possíveis associações entre as variáveis pertencentes aos grupos estudados. Realizou-se ainda uma Análise Multivariada dos dados com o intuito de fazer uma análise estatística que descrevesse a correspondência entre as respostas dos entrevistados.

4.1 Bloco 1: Análise Descritiva e de Conteúdo

4.1.1 Grupo 1: Perfil dos Respondentes

Por meio da análise dos dados, pôde-se verificar que a distribuição dos filiados ficou equivalente entre as três primeiras faixas de classificação, haja vista que, do total, 30% dos respondentes afirmaram ter até 1.000 empregados filiados, outros 30% assegurou ter entre 1.001 empregados filiados até 10.000 e 28% afirmou que possui entre 10.001 e 50.000 empregados filiados.

Dos 12% restantes, 8% ficaram equilibrados entre as duas últimas faixas de classificação. Assim, 4% optaram por não responder a esta pergunta. A distribuição destes percentuais por Estado da Federação pode ser vista na Tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade de Filiados por Estado

Quantidade Empregados	Pernambuco	%	São Paulo	%	Bahia	%	Minas Gerais	%	Dieese	%	Total	%
Até 1.000	6	37,5%	0	0,0%	1	6,3%	2	12,5%	7	43,7%	16	30%
1.001 até 10.000	7	43,7%	2	12,5%	3	18,8%	4	25,0%	0	0,0%	16	30%
10.001 até 50.000	0	0,0%	12	80,0%	2	13,3%	1	6,7%	0	0,0%	15	28%
50.001 até 150.000	0	0,0%	1	50,0%	0	0,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	4%
Acima de 150.000	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	4%
Inválidos	0	0,0%	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	4%
Total	13	24,5%	17	32,1%	7	13,2%	9	17,0%	7	13,2%	53	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

A segunda pergunta feita aos entrevistados diz respeito ao tempo de existência do sindicato ou da entidade sindical. Assim, 6% afirmaram que possuem até 10 anos de existência, 15% responderam ter entre 11 e 20 anos, 33% asseguraram ter entre 21 até 50 anos e as duas últimas faixas de classificação obtiveram participação igual (21%). Apenas 4% dos respondentes não assinalaram quanto ao seu tempo de existência. Os achados a respeito do tempo de existência estão compilados na Tabela 2, inclusive sua distribuição por Estado.

Tabela 2 – Tempo de Existência por Estado

Tempo	Pernambuco	%	São Paulo	%	Bahia	%	Minas Gerais	%	Dieese	%	Total	%
Até 10 anos	1	33,3%	0	0,0%	0	0,0%	1	33,3%	1	33,3%	3	6%
De 11 até 20 anos	2	25,0%	4	50,0%	1	12,5%	1	12,5%	0	0,0%	8	15%
De 21 até 50 anos	3	16,7%	6	33,3%	1	5,6%	4	22,2%	4	22,2%	18	33%
De 51 até 70 anos	3	27,3%	3	27,3%	1	9,1%	2	18,2%	2	18,2%	11	21%
Acima de 70 anos	4	36,4%	4	36,4%	3	27,3%	0	0,0%	0	0,0%	11	21%
Inválidos	0	0,0%	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	4%
Total	13	24,5%	17	32,1%	7	13,2%	9	17,0%	7	13,2%	53	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

4.1.2 Grupo 2: Quanto ao uso de Indicadores Econômicos

Neste grupo de análise, perguntou-se aos respondentes como os mesmos montavam a sua base de percentual de aumento, para negociar o reajuste de salário durante a reivindicação. Do total, apenas um respondente afirmou que utiliza como indicador econômico a taxa de Juros – SELIC. Outro indicador que possuiu poucos respondentes foi a Variação Cambial (3,8%). Estes respondentes afirmaram que utilizam tal indicador devido ao fato de possuir filiados que trabalham em empresas multinacionais e que isto pode ser uma base significativa no momento da reivindicação de aumento salarial.

Neste sentido, verificou-se que 66% afirmaram utilizar o INPC, 11,3% assinalaram o IPCA e 32,1% responderam utilizar o ICV. A Taxa de Juros e o índice de Inflação – IGPM tiveram um equilíbrio nas respostas, ficando cada um com 1,9% das respostas. A opção outros foi escolhida por 28,3% dos respondentes. Observa-se que apesar de nenhum respondente do Estado de Pernambuco ter assinalado tal alternativa, durante o decorrer das entrevistas realizadas em tal Estado, todos os sindicatos foram unânimes em afirmar que pedem para o reajuste o Ganho real (quando o empregado recupera os valores que foram perdidos ao longo do ano). As respostas, por Estado, acerca dos indicadores utilizados para pedido de reajuste salarial podem ser vistas na Tabela 3.

Tabela 3 – Utilização dos Indicadores Econômicos por Estado

Indicadores	Pernambuco	%	São Paulo	%	Bahia	%	Minas Gerais	%	Dieese	%	Total	%
INPC	9	25,7%	12	34,3%	3	8,6%	6	17,1%	5	14,3%	35	66,0%
IPCA	5	83,3%	1	16,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	6	11,3%
ICV	5	29,4%	3	17,6%	1	5,9%	2	11,8%	6	35,3%	17	32,1%
IGPM	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	1,9%
Taxa de Juros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	1	1,9%
Variação-Dólar	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%	2	3,8%
Outros	0	0,0%	4	26,7%	3	20,0%	3	20,0%	5	33,3%	15	28,3%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

4.1.3 Grupo 3: Conhecimento das Demonstrações Contábeis

A terceira etapa teve como objetivo identificar a percepção dos respondentes no que se refere ao grau de conhecimento quanto às demonstrações contábeis. Buscou-se distribuir os achados por Estado da Federação. Desta forma, 6% afirmaram desconhecer totalmente o Balanço Patrimonial, 34% asseguraram ter algum conhecimento e 26% afirmaram possuir bom conhecimento. Um desses respondentes acrescentou o seguinte: “Apesar do nosso conhecimento sobre o Balanço Patrimonial, acredito que muitas vezes não dá para levá-los tão a sério, pois se não estiver na regulamentação o que deve ser divulgado a empresa simplesmente não divulga, mesmo que seja importante para fins de análise”.

Como os sindicatos e entidades sindicais são formados por um conjunto de pessoas, alguns respondentes (32%) alegaram que há pessoas no sindicato com bom conhecimento e um sindicato do Estado de São Paulo não respondeu sobre o conhecimento do Balanço Patrimonial.

No que concerne à Demonstração de Resultado, 9,4% afirmaram desconhecer completamente a Demonstração de Resultado, 32,1% assegurou ter algum conhecimento e 26,4% que possuem bom conhecimento. Do total dos respondentes, 30,2% afirmaram que há pessoas no sindicato com bom conhecimento acerca deste demonstrativo e apenas um respondente escolheu não responder a esta pergunta e o mesmo localizava-se em São Paulo.

No que se refere à Demonstração de Fluxo de Caixa, 13,2% responderam desconhecer totalmente a DFC, 26,4% afirmaram ter algum tipo de conhecimento e 22,6% sindicatos e entidades sindicais asseguraram possuir bom conhecimento. Alguns respondentes (34%) assinalaram a última alternativa, afirmando que há pessoas no sindicato com bom conhecimento sobre a DFC. Dois respondentes optaram não responder esta questão, sendo um do Estado de São Paulo e o outro de Minas Gerais.

No que tange à Demonstração do Valor Adicionado, a maioria dos respondentes, representados por 36% do total das respostas, garantiram que há pessoas no sindicato que possuem bom conhecimento sobre a DVA, 19% afirmaram desconhecer a DVA, 13% afirmaram possuir bom conhecimento e 26% que afirmaram que têm algum conhecimento. Um sindicato do Estado de São Paulo e mais dois de Minas Gerais não responderam sobre o conhecimento acerca da DVA.

4.1.4 Grupos 4 e 5: Acesso e Utilização das Demonstrações Contábeis

Neste grupo de análise buscou-se investigar o nível de acesso que os respondentes possuíam às demonstrações contábeis. Assim, 9,4% dos respondentes afirmaram possuir pleno acesso de todas as demonstrações das empresas, 37,7% assegurou possuir acesso de algumas demonstrações de algumas empresas e 7,5% afirmaram possuir acesso ao conjunto completo dos demonstrativos de algumas empresas. Sobre este quesito, um sindicato afirmou: “Em algumas empresas, devido ao fato de serem de capital aberto, conseguimos todos os demonstrativos que são públicos. Com isto, ficamos com uma grande fonte de informações, mas a maioria dos nossos filiados não trabalha em empresas que são obrigadas a publicar suas demonstrações”.

No que se refere a última alternativa, 45,3% afirmou não ter nenhum tipo de acesso às demonstrações contábeis de nenhuma empresa. Nenhum respondente deixou de assinalar sobre o acesso às demonstrações contábeis. Os achados encontrados neste tópico estão resumidos na Tabela 4.

Tabela 4 – Acesso às Demonstrações Contábeis por Estado

	Pernambuco	%	São Paulo	%	Bahia	%	Minas Gerais	%	Dieese	%	Total	%
Pleno acesso de todas	3	60,0%	1	20,0%	1	20,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	9,4%
Acesso a algumas DC's de algumas empresas	3	15,0%	9	45,0%	0	0,0%	3	15,0%	5	25,0%	20	37,7%
Acesso a todas as DC's de algumas empresas	1	25,0%	1	25,0%	1	25,0%	0	0,0%	1	25,0%	4	7,5%
Não temos acesso às DC's de nenhuma	6	25,0%	6	25,0%	5	20,8%	6	25,0%	1	4,2%	24	45,3%
Inválidos	0		0		0		0		0		0	0%
Total	13	24,5%	17	32,1%	7	13,2%	9	17,0%	7	13,2%	53	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

No que diz respeito à utilização das demonstrações contábeis, 9,4% responderam utilizar as demonstrações contábeis de todas as empresas, 37,7% responderam utilizar algumas demonstrações contábeis de algumas empresas, 11,1% asseguraram utilizar o conjunto completo de demonstrações contábeis de algumas empresas, 41,5% afirmaram que não utilizam as demonstrações contábeis nas negociações salariais e nenhum respondente deixou de responder se utilizava, ou não, as demonstrações contábeis. A distribuição de tais achados podem ser vistos na Tabela 5.

Tabela 5 – Utilização das Demonstrações Contábeis por Estado

	Pernambuco	%	São Paulo	%	Bahia	%	Minas Gerais	%	Dieese	%	Total	%
Utilizamos as DC's de todas	2	40,0%	1	20,0%	1	20,0%	1	20,0%	0	0,0%	5	9,4%
Utilizamos algumas DC's de algumas	3	15,0%	7	35,0%	1	5,0%	3	15,0%	6	30,0%	20	37,7%
Utilizamos todas as DC's de algumas	1	16,7%	3	50,0%	1	16,7%	0	0,0%	1	16,7%	6	11,3%
Não utilizamos DC's de nenhuma	7	31,8%	6	27,3%	4	18,2%	5	22,7%	0	0,0%	22	41,5%
Inválidos	0		0		0		0		0		0	0%
Total	13	24,5%	17	32,1%	7	13,2%	9	17,0%	7	13,2%	53	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

4.1.5 Grupo 6: Opinião sobre a DVA

A última pergunta feita aos respondentes diz respeito, especificamente, à Demonstração do Valor Adicionado. No Estado de Pernambuco, apresentamos uma DVA para o respondente, já que foram realizadas entrevistas, e fizemos uma breve explicação da mesma. Nos demais Estados foi enviada uma DVA, com uma breve explicação sobre a mesma, anexa à carta que os respondentes receberam via correspondência postal.

Assim, 4% afirmaram que a Demonstração do Valor Adicionado pode substituir os indicadores econômicos utilizados tradicionalmente nas negociações salariais, 83% afirmaram que a DVA não pode substituir os indicadores econômicos, mas pode complementá-los. Sobre isto, um entrevistado demonstrou surpresa ao conhecer este demonstrativo e afirmou: “A DVA iria proporcionar embasamento político e financeiro para contestar as empresas. Não tínhamos nenhum conhecimento deste demonstrativo, isto é uma pena”.

A DVA foi tida como uma peça importante, que poderia fornecer informações que não teriam como ser obtidas em outro lugar. Um sindicato afirmou: “Tudo pode ser levado para

matéria de discussão na mesa de negociação, e se tivéssemos esse demonstrativo era ótimo pra comprovar para o patronato que ele não está mal das pernas (sic)”.

Do total dos respondentes, 7% afirmou que este demonstrativo não pode substituir os indicadores utilizados como base para pedido de reajuste salarial e nem complementá-los. A este respeito, determinado respondente afirmou que precisaria estudar mais, para conseguir ver aplicabilidade nas práticas sindicais, mas que por hora não conseguia ver utilidade. A partir das informações construídas acerca da opinião sobre a Demonstração do Valor Adicionado, construiu-se a Tabela 6 no intuito de verificar as opiniões por Estado.

Tabela 6 – Opinião sobre a Demonstração do Valor Adicionado por Estado

	Pernambuco	%	São Paulo	%	Bahia	%	Minas Gerais	%	Dieese	%	Total	%
Pode substituir	1	50,0%	0	0,0%	1	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	4%
Não substitui, mas complementa	10	22,7%	15	34,1%	5	11,4%	7	15,9%	7	15,9%	44	83%
Não substitue	2	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	50,0%	0	0,0%	4	7%
Inválidos	0		2		1		0		0		3	6%
Total	13	24,5%	17	32,1%	7	13,2%	9	17,0%	7	13,2%	53	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

4.2 Bloco 2: Análise Multivariada e Inferencial dos Dados

4.2.1 Relações Associativas e Análise Multivariada do Acesso e Utilização das Demonstrações Contábeis

Com significância estatisticamente relevante (*Exact. Sig* = 0,00), as variáveis que foram utilizadas para o teste da Hipótese 1 são: “Utilização das Demonstrações Contábeis” e “Acesso às Demonstrações Contábeis”.

Neste sentido, de todos os respondentes que afirmaram não ter acesso às demonstrações contábeis das empresas, 87,5% afirmou que não utiliza tais demonstrativos. Então, ao observar o nível de acesso, nas três primeiras faixas de resposta (pleno acesso de todas as demonstrações, acesso de alguns relatórios de algumas empresas e acesso ao conjunto completo de algumas empresas) os respondentes possuem algum tipo de acesso, ainda que este seja parcial. Desta forma, ao somar estes três primeiros níveis (admitindo também o acesso parcial), verificou-se que a maioria dos respondentes, num total 54,3% afirmou possuir acesso.

Com a realização do Teste Qui-Quadrado e o Teste Exato de Fisher, constatou-se que tais respondentes, a depender do nível de acesso que possuem, utilizam as demonstrações contábeis nas negociações salariais, também a nível parcial. Assim, pôde-se verificar que, a um nível de significância de 5%, rejeitou-se a hipótese nula e, como consequência, aceitou-se a hipótese alternativa.

Sendo assim, pode-se afirmar que o nível de acesso às demonstrações contábeis que os entrevistados possuem influencia-os na utilização das mesmas durante as negociações salariais. Neste contexto, observa-se que se todos os entrevistados possuísem pleno acesso às demonstrações contábeis, tais usuários provavelmente poderiam utilizá-las nas negociações salariais como instrumento estratégico.

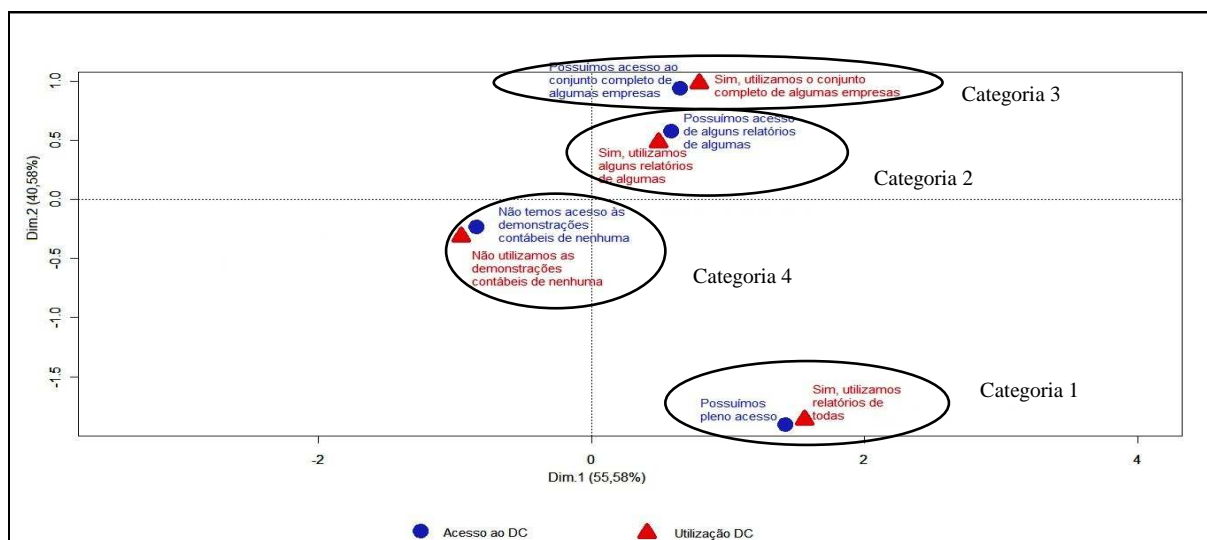
Após o teste de hipótese, realizou-se também a Análise de Correspondência Múltipla no intuito de verificar a associação destas variáveis, a qual pode ser visualizada no Gráfico 1. Desta forma, procurou-se identificar uma combinação de respostas que pudessem apresentar uma maior estabilidade quando estivessem plotadas no espaço multidimensional. Então,

verificou-se o que parece óbvio, os sindicatos não utilizam as demonstrações quando não têm acesso, conforme a categoria 4.

Constatou-se ainda que, houve uma concentração de respostas nos níveis de acesso e nos níveis de utilização. Desta forma, pôde-se observar que o comportamento das variáveis (Gráfico 1) está em conformidade com o resultado do teste de hipótese acima realizado.

Entende-se que há indícios de que quando os sindicatos possuem acesso às demonstrações, ainda que parcialmente, eles as utilizariam no mesmo nível de acesso, conforme categorias 1, 2 e 3. Por este motivo, a ACM corrobora, no espaço multidimensional, o teste de hipóteses, tendo em vista que o nível de acesso que os respondentes possuem às demonstrações contábeis influencia na utilização das mesmas. No mais, vale salientar que este gráfico tem um poder explicativo 96,16% (Dim.1+Dim.2) do comportamento dos dados.

Gráfico 1 – Categorias de Respostas acerca do Acesso e Utilização de Informações Contábeis Resultantes da Análise de Correspondência Múltipla



Fonte: Dados da Pesquisa

4.2.2 Relações Associativas e Análise Multivariada da Opinião dos Respondentes sobre a Demonstração do Valor Adicionado

As variáveis submetidas ao teste da segunda Hipótese foram: “Conhecimento sobre a Demonstração do Valor Adicionado” e “Opinião acerca da Demonstração do Valor Adicionado”. Assim, observou-se uma associação estatisticamente significativa (Exact Sig = 0,016) entre tais variáveis.

Neste sentido, os dados confirmaram que um percentual em torno de 83% dos respondentes, que afirmou acreditar que a DVA pode ser utilizada como instrumento estratégico para complementar os indicadores utilizados tradicionalmente nas negociações salariais, possuem algum tipo de conhecimento acerca da DVA, somando os três últimos níveis de respostas (possui algum conhecimento, possui bom conhecimento e há pessoas no sindicato com bom conhecimento). Desta forma, rejeita-se a hipótese nula de que o nível de conhecimento sobre a DVA não influencia a opinião dos respondentes quanto à utilização da mesma para tomada de decisões estratégica.

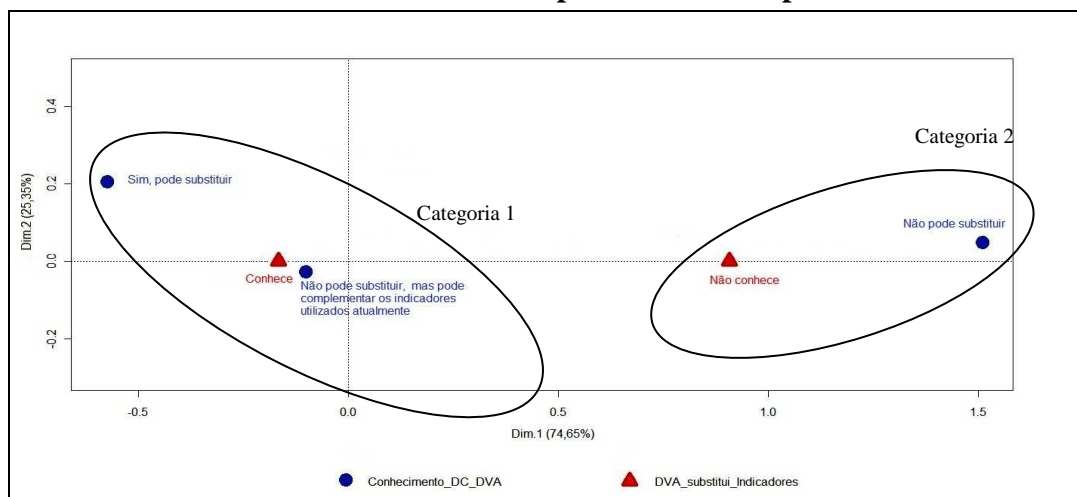
No entanto, vale lembrar de um estudo realizado no Reino Unido já citado nesta dissertação. Tal estudo foi realizado por Pong e Mitchell (2005, p. 193-194) os quais concluem que as informações contidas na DVA não se constituem como um mecanismo

adequado para resolver as disputas de natureza trabalhista, tendo em vista a realidade daquele país. Destaca-se ainda o estudo realizado por Van Staden (1998). O autor concluiu que mais da metade dos usuários, inclusive sindicatos, não tinham pretensão em utilizar a DVA.

Para complementar o teste da segunda hipótese, realizado na análise inferencial, procedeu-se a Análise de Correspondência Múltipla (ACM). Então, a associação entre as respostas (Gráfico 2), ratificando o resultado encontrado no teste de hipótese acima realizado, é uma forma de evidenciar que quando os sindicatos possuem conhecimento, ainda que parcial, sobre a Demonstração do Valor Adicionado, eles acreditam que a mesma pode ser utilizada como instrumento estratégico nas negociações salariais. Tal fato pode ser visualizado na categoria 1.

De outro modo, observando a categoria 2, verifica-se que a variável “não pode substituir” está mais próxima da variável “não conhece”, caracterizando desta forma, que quando os respondentes não conhecem a DVA eles não acreditam na sua utilidade, como ferramenta estratégica, durante as negociações salariais.

Gráfico 2 – Categorias de Respostas acerca da Opinião sobre a DVA Resultantes da Análise de Correspondência Múltipla



Fonte: Dados da Pesquisa

Então, nos grupos de categorias, pela observação da proximidade dos pontos, confirma-se uma relação direta entre as respostas dos entrevistados em conformidade com a rejeição da hipótese nula e a aceitação da hipótese alternativa, da segunda hipótese analisada.

No entanto, o objetivo desta análise foi fortalecer as conclusões encontradas nos resultados do Teste de Hipótese, no qual encontrou-se associações estatisticamente significantes. Por fim, cabe destacar que o Gráfico 13 explica 100% do comportamento dos dados (Dimensão 1 + Dimensão 2).

5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo precípua verificar se os sindicatos utilizam como parâmetro as informações trazidas na Demonstração do Valor Adicionado para avaliar a distribuição da riqueza das empresas, as quais seus filiados são empregados, e assim ter um instrumento estratégico no momento da convenção ou do acordo coletivo.

Por meio da análise dos dados, pôde-se concluir que a maioria dos respondentes possui conhecimento, ainda que parcial, sobre as demonstrações contábeis. Verificou-se que apenas 19% dos sindicatos e entidades sindicais pesquisados desconhecem totalmente a DVA, e

assim como as outras demonstrações, possuem algum nível de conhecimento acerca deste demonstrativo.

Assim sendo, verificou-se que quase metade dos respondentes não possui acesso às demonstrações contábeis e que apenas 9% possui pleno acesso. Desta forma, através da análise de conteúdo de algumas declarações, verificou-se que eles são insatisfeitos quanto ao acesso que possuem às demonstrações contábeis.

Neste sentido, a pesquisa demonstrou que a maioria dos sindicatos e entidades sindicais pesquisados não utilizam os demonstrativos contábeis durante as negociações. Pôde-se constatar, por meio de suas afirmativas, que muitas vezes não as utilizam porque não conseguem decifrar os dados e torná-los informações úteis durante o processo de campanha salarial. Alguns respondentes asseguraram que há uma confusão nas informações quando cruzam os dados com a prática relatada pelos seus filiados.

O estudo concluiu que quase 90% dos respondentes acreditam na utilidade da Demonstração do Valor Adicionado como instrumento estratégico nas negociações trabalhistas, sendo que 83% afirmou que a mesma não substitui, mas pode complementar os indicadores econômicos utilizados tradicionalmente para pedido de reajuste salarial.

Apresenta-se como limitação desta pesquisa o uso de amostra intencional não representativa da população, bem como pelo fato dos pesquisadores terem se identificado como contadores podendo assim ter induzido os respondentes a não se comprometerem com a classe contábil. Outra limitação diz respeito aos sindicatos não terem como possuir pleno acesso das informações de todas as empresas.

6. REFERÊNCIAS

AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS. **Accounting Principles Board**. Basic Concepts and Principles Underlying Statements of Business Enterprises. APB Statement nº 4, AICPA, 1970.

ASKREN, B; BANNISTER, J.W.; PAVLIK, E. *The Impact of Performance Plan Adoption on Value Added and Earnings*. **Managerial Finance**, v. 20, n. 9, 1994, p.27-43.

BENTLEY, Trevor. **Added value and contribution**. *Management Accounting*, v.59, n.3, March 1981, p. 7-21

BURCHELL, Stuart, CLUBB and HOPWOOD, Anthony, “*Accounting and its Social Context: Towards a History of Value Added in the United Kingdom*,” **Accounting, Organizations and Society** (10, 1985), pp.381- 413.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <www.cpc.org.br>

CHUA, K.C. **The Use of Value Added in Productivity Measurements**,” in *Productivity Measurement and Achievement: Proceedings of Accountancy* (Victoria: University of Wellington, 1977).

CLAUSEN, SE. **Applied correspondence analysis: an introduction**. **Quantitative Applications in the Social Sciences**. Thousand Oaks, Sage University Papers Series; 1998.

DEWHURST, James, “*Assessing Business Performance*,” **Accountant** (March 3, 1983), pp.17- 18.

EVRAERT, Serge; RIAHI-BELKAOUI, Ahmed. *Usefulness of Value Added Reporting: a review and synthesis of the literature*. **Managerial Finance**, v. 24, n. 11, 1998, p. 1-15.

FARIAS, Márcio de Almeida. **O modelo sindical brasileiro**. Doutrina Jus Navigandi em 02 de Maio de 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6665ep=3>. Acesso em 14 de Agosto de 2010.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - FASB. **Statement of Financial Accounting Concepts – SFAC n.º 2**. Qualitative Characteristics of Accounting Information, 1980.

FREEMAN, Edward. **Strategic Management – A Stakeholders Approach**. London: Pitman Publishing, 1984.

GALLIZO, Jose Luiz; MCLEAY, Stuart. *Algunas observaciones sobre la contabilidad del valor añadido en los informes anuales de compañías y bancos*. **Revista Española de Financiación y Contabilidad**, v. 13, n. 59, abril-junio 1989, p. 503-511.

GOMES, F.P. **Curso de estatística experimental**. 13ª ed. Nobel, São Paulo. 1990.

GRAY, Sidney, and MAUNDERS, K.T. “Recent Developments in Value Added Disclosures,” **Certified Accountant** (August 1979), pp.255- 56.

HALLER, Axel; STOLOWY, Hervé. *Value added in financial accounting: a comparative study of Germany and France*. **Advances in International Accounting**, v. 11, p. 23-51, 1998.

KAM, Vernon. **Accounting Theory**. John Willey e Sons. 2nd ed., New York, 1986.

KNELL, Anne. **Added value for added profits**. London: The Institute of Chartered Accountants in England and Wales, 1986.

KROETZ, César Eduardo S. **Balanco Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____; COSENZA, José Paulo. Considerações sobre a Eficácia do Valor Adicionado para a Mensuração do Resultado Econômico e Social. **IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Gramado**. Anais. 2003.

KREITLON, M. P. QUINTELLA, R. H. **Práticas de Accountability Ética e Social: As Estratégias de Legitimação de Empresas Brasileiras nas Relações com Stakeholders**. Anais do 25º Enanpad. Campinas. 2001.

LOPES, Alexssandro Broedel; MARTINS, Eliseu. *Teoria da Contabilidade: Uma nova abordagem*. São Paulo: Atlas, 2007.

MAGANO, Octávio Bueno. **Organização Sindical Brasileira**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1982.

MAUNDERS, K.T., “The Decision Relevance of Value Added Reports,” in *Frontiers of International Accounting: An Anthology*, F.D. Choi and G.G. Mueller (ed.) (Ann Arbor, MI: UMI Research Press, 1985), pp.225- 45.

MEEK, Gary K.; GRAY, Sidney J. *The value added statement: an innovation for U.S. companies?* **Accounting Horizons, Sarasota**, v.2, n.2, p. 73-81, jun. 1988.

MOONITZ, Maurice. *The Basic Populates of Accounting*. **Accounting Research Study n° 1**, AICPA, 1961.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Direito Sindical**. São Paulo: Saraiva, 1989.

PENDRILL, Davie, “*Introducing a New comer: The Value Added Statement,*” **Accountancy**, (September 1981), pp.121- 22.

PONG, Chris; MITCHELL, Falconer. *Accounting for a disappearance: a contribution to the history of the value added statement in the UK.* **Accounting Historians Journal**. University Heights, v. 32, n. 2, p. 173-199. Dec. 2005.

POPE, C.; MAYS, N., Reaching the parts other methods cannot reach: an introduction to qualitative methods in health and health service research. **British Medical Journal**, London, n. 311, p. 42-45, 1995.

RENSHALL, M., ALLAN, R. and K. NICHOLSON, **Added Value in External Financial Reporting** (London: Institute of Chartered Accountants in England and Wales, 1979).

RIAHI-BELKAOUI, Ahmed. **The New Environment in Internacional Accounting**. Quorum Books, 1998.

_____. *Net Value Added and Earnings Determination.* **Review of Quantitative Finance e Accounting**, n. 13, p. 393-399, 1999.

RIBEIRO FILHO, J.F. LOPES, J. E.G. PEDERNEIRAS, M.M. (orgs) **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

ROMITA, Arion Sayão. **Direito Sindical Brasileiro**. Rio de Janeiro : Ed. Brasília, 1976.

TINOCO, João Eduardo. **Balço social**: uma abordagem da transferência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo. MORAES, Pérsio Belluomini. **Uso da Demonstração do Valor Adicionado – DVA, como Ferramenta de Medição da Carga Tributária no Brasil**. eGesta - Revista Eletrônica de Gestão de Negócio v. 4, n. 1, jan.-mar./2008, p. 1-32.

VAN STADEN, Chris J. *The usefulness of the value added statement in South Africa.* **Managerial Finance**. Patrinton, v. 24, n. 11, p. 44-59, 1998.

_____, Chris J. **The value added statement: bastion of social report or dinosaur of financial reporting?**. Working Paper Massey University, Palmerston North.

WELTER, Elisa. OBERGER, Rosimeri. VANZELLA, César Roberto. A Demonstração do Valor Adicionado – DVA: Um Estudo de Caso de Uma Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Econômico. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Toledo, v.6, n.2, jul./dez., 2005.